

# DA ECONOMIA DE ESCALA À ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS TERRITORIAIS: INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “DESENVOLVIMENTO RURAL E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS”<sup>1</sup>

Ademir Antonio Cazella<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4457-4853>

Clóvis Dorigon<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-1555-2209>

Bernard Pecqueur<sup>4</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4986-0349>

## APRESENTAÇÃO

O tema da “Cesta de Bens e de Serviços Territoriais” (CBST) emergiu na Europa e precisamente na França, no início dos anos 2000 (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001; Mollard; Pecqueur, 2007). Esse enfoque se inscreve na continuidade das reflexões sobre os sistemas produtivos pós-fordistas, particularmente no setor agrícola, iniciadas, em especial, pelos estudos pioneiros de economistas e sociólogos italianos sobre os “distritos industriais” (Becattini, 1992; Garafoli, 1986, 1998; Becattini; Bellandi; Propriis, 2009), ou ainda os *clusters* da economia americana (Porter; Ketels; 2009). Cooke, Laurentis, Tödling e Trippel (2007) fizeram uma síntese europeia dessas evoluções e inovações.

Na Europa, uma versão dos distritos industriais foi formulada para analisar processos de agroindustrialização no meio rural a partir da concentração espacial de pequenos e médios empreendimentos (Muchnik; Sautier, 1998). Os denominados Sistemas Agroalimentares Localizados ganharam uma grande repercussão na América Latina. Nesse período, desenvolveu-se na literatura anglo-saxônica a noção de “*food system*” (Tansey; Worsley, 2014) e de governança dos sistemas alimentares (Hospes; Brons, 2016). Isso constitui uma inovação conceitual para a compreensão da noção da Cesta de Bens e de Serviços Territoriais. Na verdade, nesses sistemas, a produção e o consumo estão ligados a uma mesma sequência (produção, transformação, distribuição e consumo) em um quadro geográfico multiescalar (território infranacional, nação, mundo).

Nesta apresentação do dossiê “Desenvolvimento rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”, buscamos demonstrar, primeiro, como é possível criar uma renda a partir de recursos

---

<sup>1</sup> As partes redigidas em francês deste artigo, foram traduzidas por Vanessa Roth Hillel, da Francoficina. E-mail: [vanessa.hillel@gmail.com](mailto:vanessa.hillel@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ordenamento Territorial. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. E-mail: [ademir.cazella@ufsc.br](mailto:ademir.cazella@ufsc.br).

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Coppe) e doutorado sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). E-mail: [cdorigon@epagri.sc.gov.br](mailto:cdorigon@epagri.sc.gov.br).

<sup>4</sup> Professeur Émérite de l’Université Grenoble-Alpes. E-mail: [bernard.pecqueur@univ-grenoble-alpes.fr](mailto:bernard.pecqueur@univ-grenoble-alpes.fr).

territoriais e, em seguida, como esses recursos podem se combinar para gerar uma oferta territorial articulada de produtos e serviços de qualidade, procedimento teórico-metodológico do enfoque da CBST. Esse enfoque pode ser considerado, portanto, tanto como modelo de análise quanto como uma estratégia para a ação, particularmente para as economias dos países do Sul global.

Dos treze artigos que compõem o dossiê, dois foram elaborados a partir de estudos empíricos realizados na França, um tem por base um estudo de caso realizado no Quebec (Canadá), um quarto artigo de autores franceses aborda iniciativas de construção de indicações geográficas em distintos países do Sul e nove artigos têm por referência realidades sociais brasileiras. Nossa opção foi a de referenciar esses artigos ao longo desta apresentação à medida que temas teóricos analisados tiverem correlação com as abordagens dos mesmos. Dessa forma, a sequência das menções aos artigos não corresponde, necessariamente, à ordem sequencial adotada na edição do dossiê. Sempre que possível apontamos especificidades da realidade social brasileira, conforme destacado por Cazella *et al.* (2020), as quais exigem reflexões no sentido de adaptar a formulação original francesa da CBST para essa realidade.

## COMO GERAR RENDA SUBSTITUINDO A PRODUTIVIDADE PELA ESPECIFICIDADE

O desenvolvimento econômico de uma zona rural no contexto da economia de mercado, em sua forma “habitual”, constitui para as economias do Sul um problema de difícil resolução, que está associado ao dualismo constituído pelos setores modernos e tradicionais. Fora as ilhas que adotam maior inovação tecnológica, a maioria das zonas rurais desses países tem como principal característica o fato da forma social de produção dominante ser a economia familiar, em qualquer que seja o setor de atividade (agricultura, artesanato, comércio, transporte, serviços). O caráter familiar da mão de obra induz a um certo número de comportamentos que acarretam consequências sobre os mecanismos socioprodutivos e organizacionais observados a campo.

Esse sistema comporta, no entanto, particularidades que regem especialmente a produtividade do trabalho calculada em jornada de trabalho. Se essa última fica abaixo do preço do trabalho de uma atividade substituível pela do trabalho familiar habitual, o êxodo e/ou a pluriatividade agrícola podem ser mobilizados não só pelo responsável do estabelecimento, mas principalmente pelos demais integrantes da família. Os mecanismos que regem o funcionamento desse sistema podem ser sintetizados da seguinte forma. Caso os produtos elaborados sejam genéricos ou padronizados, o mercado é que fixa os preços. O rendimento gerado pelo processo de produção permite normalmente que a unidade de produção “média” se reproduza, ou seja, que financie os custos de produção e que assegure à família um rendimento suficiente para satisfazer suas necessidades no nível “social” determinado pelo ambiente no qual a família se encontra. Essa unidade de produção pode se beneficiar, por vezes, de uma renda decorrente da sua situação geográfica e socioeconômica, ou ainda

agroecológica, quando se trata de uma atividade agrícola. Essa renda provém, na maioria dos casos, de uma diminuição dos custos de produção que, por diferença, aumenta o rendimento líquido da unidade produtiva.

Ela pode também registrar uma renda negativa devido à sua situação, o que leva à obtenção de rendimentos abaixo daquele da unidade de produção média. É o caso, notadamente, das unidades de produção que só sobrevivem graças aos aportes de transferências associadas a outras fontes de rendas de membros da família, a subvenções de políticas públicas ou, então, a conviver em situação de pobreza. Mas, em todos os casos, a renda positiva ou negativa observada provém das “vantagens comparativas” das quais a unidade de produção vai dispor, em relação à unidade média que define o limiar de reprodução dos fatores de produção. Com a valorização de recursos territoriais específicos, metamorfoseados em produtos e serviços territoriais de qualidade, pode-se vender produtos e serviços que não se vendia ou que se vendia de forma precária, mais caros que o produto “genérico” ou “standard” correspondente. O valor que o mercado atribui a esse recurso, reduzido dos custos de produção, representa uma “renda” (rendimento sem trabalho), que comporta diversos elementos.

Existe aquilo que não se vendia e que agora será vendido (paisagens, patrimônios, história e produtos típicos restritos, até então, ao autoconsumo familiar). Seu valor líquido, ou seja, diminuídos os custos de produção, será assimilável à uma renda, que corresponde a um rendimento sem trabalho. De fato, a “utilidade” desses produtos é considerada pelos consumidores que os adquirem ou apreciam, como um valor suplementar que eles não desfrutavam quando ainda não havia iniciativas territoriais que os valorizassem. Esse valor, uma vez bem elaborado pelo trabalho e pela otimização dos “insumos” mobilizados, por vezes, ultrapassa largamente seu custo. Ele depende, na verdade, da utilidade do produto e do equilíbrio entre oferta e demanda. Estamos então na presença de um “*valor suplementar*” que provém essencialmente do fato de que o bem ou o serviço, associado ao saber-fazer histórico e tradicional, ou ainda ao seu ambiente (patrimônio arquitetônico, paisagem típica, preservação da biodiversidade...), trazem em si ou se referem à identidade do local onde se encontram e à especificidade que ela aporta.

Acontece o mesmo em relação a bens e serviços que se vendiam mal, os quais não eram valorizados como produtos identitários, mas que, a partir de um dado momento, passam a ser melhor vendidos. Nesse caso, a renda criada pode ser representada pela diferença entre o valor antigo do produto e o valor novo. Dentre os mecanismos de geração de renda, existe, no entanto, outra forma de obtê-la, que não necessariamente passa pelo aumento de preços, ou pelo menos não de forma acentuada, o que implicaria restringir o consumo entre a parcela da população de alta renda. É possível gerar uma renda a partir do aumento da quantidade vendida em razão da adoção de medidas coletivas que evidenciam a qualidade territorial para um maior número de consumidores. Esse aspecto representa, quem sabe, o principal ponto de diferenciação do enfoque da CBST entre sua formulação

original e sua adequação à realidade socioeconômica brasileira. Em todos os casos de figura, vê-se então aparecer uma renda que representa uma parte substancial do rendimento. Essa renda que chamamos de Renda de Qualidade Territorial (RQT) permite extrair dessas produções ou prestações de serviços um excedente que será reinvestido, permitindo que territórios de “zonas desfavorecidas” adotem uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial (Campagne; Pecqueur, 2014).

A propósito desse valor adicional de qualidade, o economista Hassan Zaoual elaborou uma teoria na qual defende a racionalidade ‘situada’ do ator econômico (Zaoual, 2002). A noção de sítios simbólicos de pertencimento, por ele formulada, conferem, em torno dos efeitos da reputação, um valor adicional aos produtos de qualidade. Ele concebe os mercados informais como um mecanismo de inserção social e de emergência de novos valores. Essa economia informal representa uma vantagem para as economias do Sul (Zaoual, 2006) e está muito presente na maioria dos territórios rurais do Brasil. A renda associada a esse tipo de economia, embora invisível nas estatísticas oficiais, é muito importante para a socioeconomia desses territórios.

Sobre esse tema, convém lembrar, também, que as economias de países do Sul que se beneficiaram, por um certo período, do modelo de competição generalizada, conseguiram isso graças à baixa dos custos de produção decorrente da prática de remunerações precárias e por terem logrado êxito, principalmente nos países ditos “emergentes”, no aumento geral da qualidade. No entanto, uma tal vantagem relativa representa somente um benefício provisório para zonas mais favoráveis dessas economias. As zonas difíceis, por sua vez, nunca terão acesso ao universo da concorrência e devem renunciar o caminho da competitividade de preços. A conscientização em torno do interesse em mobilizar um modelo de recursos específicos constitui, então, um verdadeiro “ponto de inflexão territorial” (Pecqueur, 2006) rumo às estratégias de adaptação à crise pelo modelo de desenvolvimento territorial (Dorigon; Renk, 2018; Cazella et al., 2019; Tecchio et al., 2021; Prado et al., 2022).

A esse respeito, vale ressaltar que, no Brasil, um país reconhecido internacionalmente por suas profundas desigualdades sociais, a RQT precisa ser concebida sem o aumento abusivo dos preços de produtos e serviços diferenciados. Muitos agricultores familiares, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país, que abandonaram a produção de *commodities* para grandes empresas agroindustriais (suínos, aves, tabaco, leite, etc.) e se engajaram em sistemas produtivos agroecológicos e/ou investiram em pequenas agroindústrias familiares, vendem seus produtos a consumidores do território a preços não excessivamente superiores a produtos similares de qualidade genérica. O valor gerado por essas iniciativas representa uma forma de renda de qualidade a preços semelhantes, sem que se restrinja o consumo da ampla maioria da população. A pertinência e complexidade desse tema exige, como bem frisou Mollard (2001), a concepção de metodologias que permitam avaliar e quantificar as diferentes formas de geração de renda de qualidade territorial.

Diversos artigos do dossiê dialogam com a preocupação apontada nesta primeira parte referente aos riscos de que iniciativas de agregação de valor a produtos territoriais se orientem para um público seletivo de consumidores. O artigo de Maud Hirczak, Claude Janin e Dany Lapostolle se propõe a atualizar a concepção original da Cesta de Bens e Serviços Territoriais marcada, segundo os autores, por um claro viés econômico, de forma a dar conta de novos desafios societários, em especial os de natureza socioambiental. Para tanto, mobilizam a abordagem transversal de inteligência coletiva com o intuito de compreender e orientar os processos de valorização dos recursos da Cesta segundo uma lógica de especificação alicerçada em práticas de solidariedades sociais e ecológicas. A mudança de perspectiva formulada pelos autores a partir de estudos de caso realizados na França leva a redefinir dois componentes centrais do enfoque da Cesta. A renda de qualidade territorial, embora continue sendo um elemento estratégico, passa pela incorporação de temas como o da democracia alimentar, de forma a não beneficiar um pequeno grupo de produtores e prestadores de serviços, que logram comercializar com consumidores, também minoritários, dispostos a pagar um valor mais elevado pelos seus produtos e serviços de qualidade.

Nessa mesma direção, o artigo de Mélanie Doyon, Louis-Philippe Blanchette, Isabelle Prud'homme, Juan-Luis Klein mobiliza a noção de “comunidade nutridora”, cujo propósito principal reside na promoção da produção de alimentos na escala territorial. A partir de um estudo de caso conduzido num município rural do Quebec (Canadá), os autores adotam os preceitos metodológicos da “pesquisa performativa”, caracterizada pela interação entre pesquisadores e atores territoriais imbuídos no propósito de operar uma transição societária e ecológica. A abordagem da Cesta se faz presente pela perspectiva de indução por parte de uma “comunidade nutridora” de outras ações de promoção de produtos e serviços de qualidade territorial, a exemplo da concepção de uma marca territorial única para produtos e serviços.

Já o artigo elaborado por Maxime Marie, Pierre Guillemain, Catherine Darrot e Bernard Pecqueur discute a oferta alimentar local na construção social de um modelo da CBST, com ênfase para as características dos consumidores que concordam pagar a mais pelos produtos da Cesta. A constituição de uma CBST depende, segundo os autores, da morfologia social de cada território, analisada a partir da composição da população do território de acordo com as categorias socioprofissionais. A CBST representa o resultado de um encontro entre oferta e demanda de produtos e serviços de qualidade, sendo que a demanda está associada à segmentação sociocultural e à diferenciação dos bens de consumo, determinada pelas preferências e fenômenos de distinção sociocultural da parte dos consumidores. O estudo combina métodos quanti-qualitativos para estimar, modelizar e analisar o consumo doméstico de onze áreas urbanas francesas. Os efeitos complementares preconizados pelo enfoque da CBST enfrentam diversos desafios, dentre os quais o

acesso democrático a produtos locais de qualidade comercializados em circuitos curtos, que permita ampliar o número de consumidores junto a categorias sociais desfavorecidas.

Da vantagem comparativa à “vantagem diferenciadora”

A deslocalização individual, enquanto tendência da globalização, tende a agir dentro de um mecanismo pré-fordista de procura por baixos custos de produção, separando novamente as populações produtoras das populações consumidoras. Essa projeção, em um mundo onde os contextos de troca são cada vez menos os Estados-Nação e mais as “regiões” no sentido formulado por Scott (2001), ou seja, configurações de conglomerados de grande tamanho, coloca em questão o modelo tipo ricardiano de troca internacional baseado em “vantagens comparativas”.

Essa abordagem, certamente refinada e atualizada, domina ainda hoje a representação das trocas internacionais (entre sistemas produtivos nacionais, entidades claramente isoláveis). Conforme destacado por Claval (2002), no entanto, as bases colocadas por D. Ricardo (entre 1810 e 1820) para essa teoria do comércio internacional encontram-se datadas. As concepções de D. Ricardo, considerando as complexas formas atuais de oferta, incluindo serviço e saber, tornaram-se ainda menos convincentes. Por trás da vantagem comparativa, permanece a ideia de comparabilidade e de equivalência geral das ofertas, em um mercado essencialmente concorrencial e em vias de unificação<sup>5</sup>. No entanto, quando os produtores franceses de sapatos do Choletais afirmavam que seus concorrentes do Sudeste asiático colocavam seus sapatos no mercado francês a um preço que os Choletais compravam o couro, tem-se aí os limites da comparabilidade (Courlet; Pecqueur, 1992).

Em outras palavras, produtos genéricos de qualidades diferentes, mas comensuráveis, suas produções se encontram entregues a uma concorrência na qual somente as economias com o menor custo de produção (com o igual domínio da tecnologia) podem triunfar. Uma representação ingênua, mas muito difundida sobre as deslocalizações, afirma que os países com baixos salários constituem uma armadilha mortal para as economias desenvolvidas. No entanto, as produções de calçados francesas, confrontadas com o problema acima, não estão mais procurando rivalizar com seus concorrentes sobre os mesmos produtos, pois isso implicaria trabalhar com uma mão de obra e custos de fabricação gratuitos. Nesse caso, como em muitos outros na economia contemporânea, a saída para o problema consiste em diferenciar o produto para que ele se torne “específico” e escape, então, da concorrência. Os fabricantes do Choletais buscaram, primeiramente, subir de nível para permitir um aumento dos preços e, em um segundo momento, dominar melhor a moda associada ao produto a fim de fazê-lo completamente diferente do calçado padrão importado.

---

<sup>5</sup> Para uma análise pioneira sobre as desvantagens da “lei das vantagens comparativas” para os chamados países periféricos, ver Furtado (1974), e, para uma discussão sobre as contribuições nesse debate de economistas da Comissão Econômica para a América Latina nas décadas de 1950 e 1960, consultar Mantega (1980).

Trata-se aqui de um processo de especificação que existe, também, entre os produtos agroalimentares, a exemplo do fenômeno das Indicações Geográficas ou ainda do turismo e da economia cultural (Pecqueur, 2004). As condições atuais de desenvolvimento da economia cognitiva multiplicam as situações de diferenciação por especificação. Isso nos leva a formular a hipótese de que a vantagem comparativa, à luz da globalização, deu lugar à “vantagem diferenciadora”. Ou seja, é crescente a tendência de os territórios não mais se especializarem em um esquema comparativo, mas escaparem das leis da concorrência quando elas são impossíveis de serem acompanhadas. Um tal tipo de comportamento coloca em questão a divisão por sistemas produtivos nacionais, uma vez que as iniciativas não resultam de uma política centralizada na escala de um Estado-Nação, mas de grupos de atores mobilizados para resolver problemas produtivos. Para retomar o exemplo dos produtores de calçados do Choletais, não foi uma política pública do governo francês que resolveu o problema da concorrência a que foram submetidos pela globalização.

#### Ativação de recursos territoriais: a identificação de recursos territoriais estratégicos

A passagem do sistema produtivo nacional ao território, como entidade de formulação de estratégias criativas de desenvolvimento, constitui uma grande novidade na percepção dos sistemas de organização da economia e implica explicar sucintamente as características da construção social de territórios, que se encontram na base do sistema emergente. Primeiramente, o território não é somente um espaço dado, postulado e pré-delimitado sobre o qual acontecem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades locais (*local authorities* no sentido da literatura anglo-saxônica). Em outros termos, coletividades territoriais constituídas por processos de descentralização do Estado. O território é também e pode ser o resultado, sobretudo, de um processo de construção e de delimitação pelos atores. Tal processo é eminentemente social e geográfico. Em segundo lugar, a valorização de atividades econômicas, via novas dinâmicas territoriais, implica uma inovação criativa na forma de identificação de recursos e nos mecanismos pelos quais serão ativados.

Os atores territoriais se organizam por grupos em função de problemas, na maioria das vezes, de natureza produtivos, que precisam resolver em uma escala mesoeconômica (dimensão intermediária entre grande e pequena) que não é nem o indivíduo nem o conjunto de atores territoriais. Esses grupos de atores podem ter diversas motivações e adotar distintos processos para se agrupar, visando a construção de uma vantagem com a qual todos sejam beneficiários (grupos de pressão, sindicatos, empresas, etc). A sociologia institucional desenvolveu, em torno das estratégias identitárias dos indivíduos, as configurações constitutivas dos grupos. Contudo, na observação empírica dos modos de organização das instituições econômicas, o que chama a atenção são as estratégias de coalizões entre diferentes grupos em torno de uma questão produtiva.

Dessa forma, a abordagem mesoeconômica do espaço implica a análise das dinâmicas de construção de um “interior” em relação a um “exterior”. O território resulta desse processo de discriminação. Um território, que pode ser provisório e incompleto, representa a conjunção do espaço comum e abstrato construído por grupos sociais com o espaço físico, quando esse último contribui para a elaboração dos recursos que fundamentam o “interior” em relação ao “exterior”. Esse processo de discriminação age como um filtro cognitivo, o qual permite limitar tanto quanto possível as incertezas vividas por cada indivíduo.

O exemplo das Indicações Geográficas representa uma boa ilustração desse procedimento. Nesse caso, um grupo de produtores, coordenado por instituições locais, constrói uma vantagem competitiva baseada na qualidade e na especificidade da produção, limitando os contornos geográficos do território. Ao final das negociações, por vezes longas, com as organizações nacionais reguladoras, os atores procedem um movimento de discriminação, que define aqueles que se beneficiarão das vantagens propiciadas pela iniciativa. O espaço físico que suporta a delimitação geográfica contribui para essa construção por meio dos recursos naturais e culturais a ele associados.

Os recursos se encontram a montante dos insumos

Isso significa que a análise econômica comum se atém às matérias-primas presentes e disponíveis para serem combinadas em uma operação produtiva. Uma característica principal do modelo de desenvolvimento territorial é precisamente voltar a montante do bem para considerar todos os recursos, incluindo especialmente os que são virtuais e que não têm qualquer existência prévia à ação que procura fazê-los emergir. Se a existência do território supõe uma longa construção histórica da parte dos atores, isso significa que as externalidades territoriais criadas pelos atores resultam de um processo a montante, em um universo não mercantil. Esse é o sentido de uma distinção crucial entre recurso e ativo, cuja primeira formulação foi elaborada por Colletis e Pecqueur (1993)<sup>6</sup>. O ativo é um fator “em atividade” que está sendo valorizado no mercado. O recurso, diferentemente do ativo, constitui uma reserva, um potencial latente ou mesmo virtual que pode se transformar em ativo, se as condições de produção ou de criação de tecnologias permitirem.

Assim, a expressão da variável territorial deve ser encontrada nas dinâmicas coletivas de inventário e de elaboração de recursos. Esse trabalho a montante é a expressão de ações de uma sociedade e, mais precisamente, de um território sobre ele mesmo e sobre a manifestação de sua identidade. Aqui é pertinente lembrar uma das intuições fundamentais da geografia da percepção, formulada por Frémont (1976), para quem é o humano que, através da percepção de seu espaço

---

<sup>6</sup> Economistas da Universidade de Reims na França, notadamente C. Barrère e M. Nieddu, formularam a noção de patrimônio, categoria inédita em economia, a qual apresenta uma forte correlação com a abordagem de recursos territoriais. Sobre esse tema, sugerimos consultar, em particular, o dossiê *Patrimoines, ordres et développement du capitalisme*, publicado na revista *Géographie, Économie, Société*, vol. 6, nº3, 2004.



“vívido”, se torna mestre do seu ambiente de vida, para tentar se reapropriar daquilo que o universo da empresa nômade lhe havia confiscado.

Vários artigos deste dossiê dialogam com essa temática do inventário criativo de recursos territoriais, mas destacamos, em particular, três deles. O primeiro se refere à reflexão de Clóvis Dorigon, que busca articular a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, formulada, principalmente, por Hassan Zaoual, com o enfoque da CBST. As complementaridades entre as duas abordagens no que se refere à centralidade dos recursos territoriais no cotidiano de vida dos atores sociais são diversas. Ao discutir a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, o autor destaca, em especial, o conceito de *homem situado* (*homo situs*), inserido em um universo de pertencimento. A partir da mobilização desses conceitos, estabelece um diálogo com o enfoque da CBST, dando destaque à diversidade humana em seus territórios vividos. No caso da CBST, a diversidade traduz-se pela identificação e valorização das especificidades dos recursos e ativos territoriais voltados aos mercados, os quais podem gerar uma renda de qualidade territorial.

Já a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, concebida como *estrutura imaginária* de coordenação econômica e social, permite associar diferentes dimensões do *homo situs*, das quais os mercados formais seriam apenas uma delas. Assim, o autor aponta, a partir das ideias de Zaoual sobre economia informal, uma contribuição que merece ser incorporada nos esforços de adaptação da CBST para realidades socioeconômicas como a brasileira. Marcadas por profundas desigualdades sociais, sobretudo em territórios rurais, o risco de exclusão social presente no enfoque da Cesta aumenta nesses contextos sociais. Esse risco pode ser dirimido se se considerar as intrincadas e complexas modalidades de comércio informal, em especial, de alimentos transformados e *in natura* produzidos nos territórios.

O artigo elaborado por Daniela Lauermann, Adinor Capellesso e Márcio Gazolla adota o enfoque da CBST para discutir as especificidades territoriais mobilizadas por agroindústrias familiares, tendo por base a região extremo-oeste de Santa Catarina. Os autores articulam pesquisa empírica com dados quantitativos do último censo agropecuário para apontar a relevância do mercado informal e da transformação para autoconsumo de um número expressivo de agroindústrias familiares registradas no último censo. Outro aspecto evidenciado corresponde aos diferenciais de qualidade produtiva dos alimentos elaborados por essas agroindústrias, os quais são comercializados, em grande parte, no próprio território. Presentes em todos os municípios pesquisados, a oferta contempla uma gama diversificada de alimentos agroindustrializados, que se alicerçam na história, cultura e tradição, além de várias iniciativas de intercooperação, cujo propósito principal consiste em apoiar a comercialização dos produtos processados por esses microempreendimentos. Para os autores, o leque de possibilidades de revelação de outros recursos específicos existentes no território permite apontar “o enfoque da CBST enquanto eixo orientador de novas ações territoriais nesse domínio”.

De forma complementar, o artigo de Adinor Capellesso, Luisa Garlet Paglioza, Andressa Slaviero, Ana Caroline Da Ri Heineck e Giliane Perintem tem por base empírica um pequeno município rural, também localizado na região extremo-oeste de Santa Catarina, que tem logrado visibilidade regional e até mesmo nacional por meio da Festa Nacional das Sementes Crioulas. O município de Anchieta está imerso em uma região com importante presença de movimentos sociais de origem camponesa, com destaque para o Movimento Sem Terra e Via Campesina que, em torno do tema das sementes crioulas, abordam a questão ambiental de forma associada à excessiva industrialização da agricultura e aos problemas sociais decorrentes da exclusão de agricultores dos mercados de *commodities*. Os autores descrevem como a cultura e o saber-fazer no processamento artesanal de alimentos são mobilizados e articulados à biodiversidade e à valorização dos recursos naturais do meio rural, no caso estudado, marcado por uma topografia de relevo acidentado, presença de cachoeiras e outros atrativos naturais que, em composição com o mosaico das pequenas unidades agrícolas, formam uma bela paisagem. Esse cenário começa a ser explorado por empresas de turismo que oferecem aos visitantes da região e de outros estados voos livres de balonismo, passeios com visitação às cachoeiras, de forma associada, além de acesso à culinária típica. Por fim, demonstram que a governança territorial se encontra ainda em fase embrionária, mas já com algumas formas de articulação entre atores privados e o poder público municipal, resultando no início da composição de uma CBST construída em torno de um produto líder, as sementes crioulas.

## DEFINIR RECURSO TERRITORIAL

O recurso territorial pode ser definido a partir de suas características. Entendemos, aqui, como recurso, não somente um fator de produção do qual o território será dotado (ou não), mas como o resultado de uma construção provinda da vontade humana. Se adicionarmos a esse recurso o adjetivo “territorial”, chegamos à primeira característica representada pela *especificidade*. Isso significa que o meio geográfico, no forte sentido de lugar histórico e de cultura, irá interferir no valor daquilo que é produzido. Efetivamente, as condições externas de produção – patrimônio, história, reputação, saber-fazer, etc. – determinam o consentimento do consumidor na hora do pagamento pelos produtos e serviços territoriais. Um carneiro criado em pastagens naturais ou cultivadas será vendido mais caro que um carneiro provindo de uma fazenda industrial que adota o sistema de confinamento, pois o valor de reputação é transferido para o preço da carne. Essa especificidade do recurso se opõe ao fator genérico típico da produção fordista, na qual as diferenças espaciais foram anuladas em prol da uniformidade espacial das condições de produção.

Em termos de produção de bens e serviços agrícolas, essa discussão remete a pensarmos imediatamente no *terroir*, moldado ao longo do tempo pelo clima e pelos acontecimentos geológicos,

mas também pela ação humana por meio das práticas de cultivo, criações, etc. O *terroir* cria uma distinção de um local a outro, de forma que dois *terroir*, mesmo que geograficamente próximos, nunca serão idênticos. Nas palavras de Mollard (2001, p.23), “um *terroir* é um espaço caracterizado pela unidade de situações eco-pedológicas ou climáticas particulares e fatores técnico-econômicos de origem antrópica”.

O conceito de *terroir* no Brasil é, com frequência, confundido com o de território. Com o propósito de esclarecer essa confusão conceitual, partimos do pressuposto de que é possível se ter mais de um *terroir* em um território dado, os quais podem ou não ser mobilizados com a intenção de construir uma oferta combinada de produtos e serviços territoriais de qualidade. Delimitado por características particulares de solo, condições climáticas e, em segundo plano, de cultura, tradição e saber-fazer acumulado ao longo do tempo, um *terroir* representa um elemento central de construção territorial (Delfosse, 2013), desde que não seja apropriado por um empreendimento empresarial ou por um número restrito de atores. Nesse sentido, *terroir* é mais uma externalidade do que uma construção social, e um território pode combinar mais de um *terroir* que mutuamente se potencializem.

A segunda característica do recurso territorial é a sua natureza de *potencialidade*. O recurso territorial não existe sob forma de uma jazida a ser explorada, ele precisa sofrer uma metamorfose para passar ao estado de ativo valorizável. Isso significa que, antes de valorizar um recurso por metamorfose, é necessário identificá-lo, denominá-lo e, então, revelá-lo. Um recurso coletivo sem que ninguém o formule não existe. É preciso que um coletivo de atores interessados em resolver um problema compartilhado se articule e formule estratégias de ações que revelem o recurso comum a ser valorizado. Isso implica rever os procedimentos habituais de diagnóstico que, geralmente, são pouco eficazes ou sequer incorporam o propósito de identificar recursos inéditos. Trata-se de operar um diagnóstico prospectivo que não se limite a identificar o que se vê com facilidade. Esse tipo de diagnóstico implica o diálogo entre atores diversos de forma a não se restringir aos recursos aparentes (Janin; Perron, 2020).

A terceira característica decorre dessa segunda e se refere ao caráter escondido ou oculto do recurso. O bom recurso, geralmente, não é aquele que parece óbvio, mas aquele que se mostra fortemente ligado ao local após um diagnóstico aprofundado, que pode gerar a distinção e produzir a especificidade. Assim, o diálogo democrático que determina o problema em comum a ser resolvido e que permite definir o território adequado representa a base da emergência dos recursos de um território.

A renovação contínua do recurso territorial

O recurso territorial é composto, portanto, de vontade, de imaginação criativa e de processos de inovação. Nesse sentido, ele é, a priori, inesgotável em comparação, por exemplo, a alguns recursos naturais. Os processos que o fazem existir podem, em contrapartida, enfraquecer e até desaparecerem. Assim, o recurso territorial está suscetível igualmente ao desaparecimento ou então se banalizar, mesmo que os atributos do recurso territorial persistam. O recurso territorial não é “explorável”, a exemplo dos recursos naturais, mas ele se ativa; ele não é esgotável, pois ele não preexiste aos processos que permitem sua ativação; ele não é esgotável, pois ele se renova servindo-se do próprio processo de valorização. O recurso territorial é, portanto, estruturalmente da ordem da patrimonialização.

A questão que se coloca é sobre a sua perenização. Isso exige uma profunda renovação de políticas públicas, por meio da vontade de atores públicos locais, que devem apoiar ações permanentes associadas aos processos de ativação de recursos territoriais. Para tanto, a ação pública localmente centralizada, onde tudo passa pelo arbítrio dos políticos locais, representa um desafio a ser superado a favor da opção pela construção de formas inéditas de valorização de recursos territoriais. A partir de uma coordenação real com as forças vivas dos cidadãos e suas formas associativas (Pecqueur, 2016), os poderes públicos operam uma mutação determinante de suas práticas, de forma a propiciar um espaço de expressão da sociedade civil.

Essa discussão remete ao tema da governança territorial, abordado de forma mais explícita em cinco artigos deste dossiê. O primeiro, de Sthéfane Fournier, Estelle Biénabe, Delphine Marie-Vivien, Claire Durand, Denis Sautier e Claire Cerdan, analisa casos de criação de IG na Ásia, África e América Latina, dando ênfase para as dificuldades de estabelecer um modo de gestão adequado decorrente da multiplicidade de objetivos atribuídos às IG, desinteresse das partes implicadas caso a valorização da IG seja considerada incerta, ou então apropriações por grupos de atores restritos quando as vantagens desse procedimento se comprovam. Para os autores, a lógica de “bem clube”, presente na maioria dos casos analisados de construção da IG, dificulta os efeitos multiplicadores e a possibilidade de implementação do modelo de Cestas de bens e serviços territoriais.

Nesta mesma linha de demonstração, a análise de Marja Milano e Ademir Cazella recorre à teoria dos comuns, elaborada por Elinor Ostrom, para demonstrar que a noção de governança policêntrica, que articule distintas iniciativas de valorização de recursos e serviços territoriais de qualidade, representa um caminho teórico-metodológico adequado aos preceitos da CBST. Ações territoriais, a exemplo da criação de uma IG, podem ampliar e coordenar o leque de atores mobilizados pelo propósito de promover o desenvolvimento territorial sustentável. A referência empírica se volta para a construção da Indicação Geográfica de erva-mate cultivada em sistema agroflorestal no Planalto Norte Catarinense, processo de criação que perdurou por mais de 10 anos e que acaba de ser aprovada oficialmente.

O artigo de Sirlene Cruz e Sérgio Schneider sobre as feiras de alimentos em municípios do Vale do Jequitinhonha e Norte do estado de Minas Gerais, por sua vez, mobiliza o conceito de mercados territoriais para demonstrar que esse tipo de mercado está imerso em instituições que definem suas regras e normas de funcionamento, sejam elas tácitas ou formais. Além da abordagem institucional dos mercados, os autores também mobilizam Elinor Ostrom para discutir os mecanismos que ordenam as interações sociais nesses mercados alimentares, os quais podem ser compreendidos como bens públicos e, portanto, condizentes com o conceito de recursos de uso comum. Os mercados territoriais representam, para os propósitos deste dossiê, outro aspecto relevante quando se pensa em adequar o enfoque da CBST para a realidade social brasileira, pois interessa sobremaneira que a maior parte da população do território possa consumir produtos e serviços de qualidade gerados no próprio território, ampliando, conforme vimos antes, a RQT. As feiras em questão cumprem esse papel ao atender um público consumidor eclético com marcada participação de categorias sociais populares.

O quarto artigo, elaborado por José Marcos Froehlich e Aline Roque, discute o impasse em que se encontra o caso do território da Quarta Colônia, localizado no estado do Rio Grande do Sul. O surgimento de novas dinâmicas territoriais gerou um menor dinamismo da ação pioneira de desenvolvimento territorial coordenada por um consórcio público intermunicipal. A rota gastronômica inicialmente fomentada por esse consórcio continha elementos com potencial para consolidar uma oferta heterogênea de produtos e serviços territoriais de qualidade alinhada ao enfoque da CBST. Novas iniciativas territoriais levaram, no entanto, a uma desarticulação dos atores implicados com a iniciativa pioneira, o que reforça a possibilidade de esgotamento de recursos territoriais específicos não pela escassez do recurso em si, mas pela perda de dinamismo da ação coletiva.

O quinto artigo que aborda o tema da governança territorial, elaborado por Giovana Giombelli, Valdete Boni e Andréia Tecchio, recorre ao enfoque da CBST para analisar a experiência de uma cooperativa de crédito, cuja inserção se dá, de forma mais efetiva, em cinco municípios com características marcadamente rurais da região oeste de Santa Catarina. Criada no início dos anos 1990 por iniciativa de organizações da sociedade civil, essa cooperativa tem inovado na forma de atuar, não se limitando a operar no mercado financeiro. Além de financiar seus associados na implementação de um conjunto de projetos técnicos orientados pelos preceitos da sustentabilidade socioambiental, seus dirigentes e assessores técnicos articularam a constituição de um fórum da agricultura familiar, que reúne dezenove organizações, algumas com ações restritas ao território e outras com inserções em escalas intraterritoriais. A tese demonstrada pelos autores consiste em reconhecer esse fórum enquanto um sistema de governança territorial em processo de construção que, embora aglutine somente representantes da agricultura familiar, estabelece parcerias com atores

públicos, promove diferentes formas de serviços e empreende campanhas agroalimentares junto à população do território.

### Compreender o processo de construção do recurso territorial

Em muitos territórios, as condições de produção tanto industriais quanto agrícolas, não permitem se manter na via da competição somente pelo mecanismo de aumento de produtividade. A manutenção de uma situação competitiva, baseada em produções genéricas, não é mais pertinente em um contexto de aumento da concorrência internacional. Trata-se, portanto, para esses territórios, de promover estratégias de especificidade, a exemplo de produtos e serviços certificados, que incluam o conjunto dos principais saber-fazer. Mas essa estratégia representa uma solução possível sob certas condições. Não basta, na verdade, associar um recurso a um território para que ele produza efeitos de desenvolvimento. Sem um contexto sociopolítico que propicie a constituição de um sistema de governança e, particularmente, de políticas públicas, o recurso não só não se territorializa como não se renova automaticamente. Ou seja, o recurso representa uma condição necessária, mas não suficiente. Ele não produz necessariamente um território e o território não se limita aos recursos. Dentre outros fatores, a articulação de várias iniciativas de valorização dos recursos territoriais é fundamental. Por exemplo, nos famosos vinhedos da região de Bordeaux, na França, a renda de qualidade e de reputação dessa região beneficia apenas os produtores de vinho sem nenhum ou com pouco efeito induzido sobre outros produtos ou serviços territoriais. Trata-se, portanto, de uma renda setorial.

Assim, o recurso territorial não preexiste ao território, mas se constrói com e no território. A construção territorial é um processo de desenvolvimento que representa um modelo complementar aos modelos de desenvolvimento já existentes, devido à sua capacidade de fazer emergir novos recursos e respectivos processos de ativação. Podemos concluir que a busca pela renda de qualidade territorial não é incompatível com o modelo produtivista. Trata-se de uma questão de coabitação e de hibridização dos dois modelos, por vezes, numa mesma unidade agrícola. Um exemplo são as regiões de produção de óleo de oliva do Sul da França, cujos azeites têm a reputação de ser de alta qualidade e seus preços são controlados pelos produtores locais, em paralelo à produção de damascos, que se baseia no produtivismo e na concorrência internacional, situação que faz com que os agricultores locais não tenham nenhum controle sobre os preços.

Comumente, o recurso remete às teorias de valor, que procuraram dar sentido ao longo do tempo aos produtos das atividades dos humanos e que enfatizaram as fontes de valor: a terra com os fisiocratas; o intercâmbio comercial, sob as diversas formas no mercantilismo; o trabalho produtivo com os clássicos e, em seguida, com os marxistas; e o valor-utilidade, finalmente, com os neoclássicos. Para esses últimos, o recurso concreto é constituído de uma combinação dos “fatores

de produção”. Mas essa combinação não tem outra dimensão espacial que não aquela da presença ou ausência de mão-de-obra, de capacidade de investimento das empresas e da distribuição das “riquezas naturais” do solo ou subsolo (Gumuchian; Pecqueur, 2007).

Essa definição de recurso, que prevaleceu por muito tempo, principalmente, na agricultura, não necessitava recorrer à especificidade territorial. A questão consiste, portanto, em superar essa abordagem trivial, que se limita a recensear o existente de forma elementar e deduzir um potencial de desenvolvimento. Em territórios com poucos recursos ou aparentemente sem nenhum recurso, não se pode concluir que não existe outras possíveis alternativas de desenvolvimento. A recusa da fatalidade de falta de condições para o desenvolvimento encontra na noção de recurso territorial inúmeras vantagens: ela é formulada em uma articulação contínua entre o material e o ideal; ela é concebida por coletivos de atores, inclusive de consumidores e usuários sazonais do território, e tem o sentido que lhe é dado pelos seus operadores; ela é sistemática e, quando torna os fatores do desenvolvimento interdependentes, abre o campo das possibilidades, revelando-se muito adequada para o período atual de crescentes incertezas de diversas ordens (política, climática, sanitária, etc.).

## DO RECURSO TERRITORIAL À CESTA DE BENS E SERVIÇOS

A questão que se coloca aqui é a seguinte: como a valorização conjunta de produtos e de serviços de qualidade consegue criar um modelo de desenvolvimento territorial sustentável? Como vimos, a força motriz do modelo de desenvolvimento territorial consiste em valorizar a especificidade e a qualidade dos produtos e serviços, diferenciando-se do modelo produtivista, baseado na qualidade padrão e na rentabilidade do tipo industrial. Para tanto, dois processos tornam-se essenciais. Por um lado, o processo de identificação e de revelação de recursos específicos e, por outro, a elaboração de um projeto de desenvolvimento para concretizar a revelação. A Cesta de Bens e Serviços representa, portanto, mais um passo na hibridização de produtos e serviços de qualidade agregados em torno de um produto líder, que pode ser a paisagem ou o conjunto de atributos imateriais de um território. Isto resulta, no melhor dos casos, em uma oferta situada, cujo valor é maior do que a soma dos valores de cada produto e serviço, se eles forem produzidos e vendidos separadamente.

O que é a Cesta de Bens e Serviços Territoriais?

Um estudo de longo prazo, realizado a partir de 1995, sul da França (Departamento do Drome), evidenciou o modelo de análise denominado Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Os preços de certos produtos e serviços ancorados territorialmente eram, de forma sustentável ao longo do tempo, maiores do que aqueles de uma oferta comparável, mas de origens geográficas diferentes (Mollard; Pecqueur, 2007). Um produto líder, com a IG “Azeite de oliva de Nyons”, cristalizou em

torno dele um conjunto de produtos e serviços ligados entre si e que se reforçam mutuamente (vinho, essência de lavanda, óleos essenciais, plantas aromáticas e medicinais, pousadas rurais, restaurantes e demais serviços turísticos, etc.). Essa qualidade de agregação do produto líder resulta em um aumento do volume de produtos associados vendidos e em diferenciais de preço positivos, com possíveis rendas diretas. O aumento das quantidades vendidas é uma vantagem para o produtor se os preços permanecerem relativamente estáveis para os produtos associados de forma a não contrabalançar o efeito do aumento das quantidades.

A partir da aquisição de um produto ligado ao território, o consumidor descobre a especificidade de outros produtos resultantes da produção local e determina sua utilidade, não apenas referente a esse produto, mas sobre o conjunto dos bens e serviços oferecidos (a Cesta). Por trás dessa Cesta de Bens e Serviços complementares, o consumidor está de fato comprando a reputação de qualidade do território e as características que ele aprecia. Em outras palavras, trata-se de uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para a criação de uma imagem geral positiva. Essa imagem é construída socialmente pelos atores.

Essa construção só pode ocorrer sob quatro condições: (i) em primeiro lugar, é necessário uma boa coordenação entre os atores privados, a fim de facilitar a revelação de recursos; (ii) em segundo, o papel do setor associativo é fundamental para alcançar os compromissos necessários entre os interesses dos produtores privados, em particular quando se torna necessário elaborar um caderno de normas e delimitar uma área para obter um selo oficial; (iii) a coordenação institucional deve ser convergente no que se refere à intervenção política. Nesse domínio, as autoridades públicas desempenham um papel de intermediação não negligenciável; (iv) finalmente, é necessário um equilíbrio e coerência entre a ação privada, a ação pública e a ação associativa. Assim, a coerência dos laços sociais entre produtos e serviços e a cultura dos lugares torna-se constitutiva do sistema de governança territorial da Cesta (Campagne, Pecqueur, 2014).

### Perenizar a Cesta de Bens e Serviços e a Renda de Qualidade Territorial

A configuração da Cesta não é perfeita e, a exemplo dos recursos, também pode se esgotar. No caso pioneiro estudado em Baronnies (França), constata-se hoje que certos produtos tendem a perder sua especificidade, situação dos vinhos locais de qualidade intermediária e, em uma escala menor, o óleo de oliva, cujo preço se encontra estabilizado depois de um período de aumento em comparação a produtos similares. Essa estabilidade de preço está correlacionada à multiplicação do número de indicações geográficas verificadas nesse segmento nas últimas décadas. Além disso, problemas de “poluição”, ligados à frequência do local, deterioram a qualidade dos bens públicos e até mesmo da sua imagem ou do cenário da Cesta. Esse quadro sugere que a sustentabilidade



ambiental da Cesta representa uma condição indispensável não somente para a sua existência, mas igualmente para a sua perenização.

Consequentemente, três elementos principais podem ser estabelecidos como centrais no propósito de manter a Cesta de Bens e Serviços Territoriais e a RQT que lhe está associada. Primeiro, os atores privados, associativos e públicos precisam conceber e construir algum mecanismo de coordenação. Para tanto, a coerência da CBST corresponde à capacidade de “representatividade” do território de origem. É dessa forma que produtos satélites ou genéricos, que não se combinam, nem se articulam com a iniciativa coletiva, e que podem enfraquecer a imagem do território, são excluídos dessa configuração. Além disso, os atores sociais envolvidos devem estabelecer um acordo sobre o perímetro de origem, os graus de exigência da qualidade da Cesta e de complementaridades dos produtos, o que, com frequência, é fonte de conflito. A cooperação e o engajamento com o propósito de perenizar a renda frente à concorrência representa um fator estratégico no sentido de manter no tempo a iniciativa da Cesta.

Em segundo lugar, as coordenações institucionais devem combinar diferentes elementos correlacionados tanto à coerência das escalas territoriais e setoriais (áreas de indicações geográficas, áreas de produção certificadas ou de marcas coletivas, etc.) quanto à clareza relativa às formas de acesso aos bens e serviços do território, a exemplo dos eventos, feiras, rotas turísticas, etc. A qualidade dos bens públicos e dos recursos territoriais via políticas públicas locais também representa um fator essencial. Além disso, aspectos macro e micro institucionais devem ser combinados da melhor forma possível (ajudas locais, subvenções das demais esferas de governo, assessorias técnicas de diversas ordens, etc.). Por fim, deve haver equilíbrio e coerência entre a ação privada e a ação pública. Isso remete novamente à centralidade de uma boa coordenação entre os atores públicos e privados de forma a reforçar os vínculos entre produtos e desses com os distintos serviços correlacionados, evitando que um vínculo domine e discrimine determinados produtos e serviços com potencial de integrar a CBST.

Aqui, consideramos pertinente realçar que o modelo de análise da Cesta inova ao incluir o setor de serviços. Uma das principais críticas formuladas à experiência recente da política pública brasileira de desenvolvimento territorial em zonas rurais se voltou para a sua frágil perspectiva intersetorial, ao priorizar, de forma excessiva, segmentos sociais da agricultura familiar (Cazella; Búrigo, 2008; Favareto, 2015). A inclusão de atores sociais de outros setores econômicos não é, por razões diversas, trivial nem tampouco uma tarefa de fácil implementação. Não sem frequência, as análises priorizam o setor produtivo *stricto sensu* e não atribuem maior relevância ao conjunto de serviços presentes na organização, por exemplo, de distintos canais de comercialização dos mercados de proximidade e territoriais (Schneider, 2016). Para além dos prestadores de serviços ligados ao turismo rural, serviço claramente associado à Cesta, outros atores, não necessariamente agricultores

familiares e, na maioria das vezes, desprovidos de uma representação coletiva, cumprem papéis essenciais no processo de construção da Cesta. Pensamos, em particular, nos profissionais ligados à gastronomia, a exemplo de proprietários de restaurantes, cafés, padarias, pequenos e médios comércios de alimentos, etc., bem como estabelecimentos que vedem produtos e artesanatos típicos do território.

Finalmente, uma dinâmica baseada em objetivos comuns de evolução a médio e longo prazo se mostra crucial. A particularidade mais importante do modelo de Cesta consiste em propiciar a emergência da renda a partir de estratégias solidárias de produtores de distintos setores e prestadores de serviços de diferentes naturezas. A governança territorial se caracteriza, portanto, como um processo essencialmente dinâmico, que visa a formulação e a resolução de problemas, a maioria produtivos, com frequência, inéditos. Essa coordenação, que liga os atores entre si, permite revelar recursos latentes e culminar na criação de valor materializado pela renda de qualidade territorial. Fazer com que essas estratégias sejam compatíveis implica a existência de um compromisso institucional, cujos parceiros são, de uma parte, os atores econômicos, e, de outra, os atores públicos, sejam eles locais ou extraterritoriais. Se cada território representa um caso irreduzivelmente particular e não reproduzível devido à combinação infinita das variáveis envolvidas, podemos supor que existe um número relativamente restrito de situações tipo, cada uma desenvolvendo suas múltiplas variantes.

Essa discussão acerca dos desafios em torno da perenização das iniciativas de desenvolvimento territorial que recorrem à valorização de recursos territoriais específicos e que podem avançar no sentido preconizado pelo enfoque da CBST nos remete ao tema da formação de agentes de desenvolvimento territorial sustentável. Esse assunto ganha maior relevância em países, a exemplo do Brasil, onde preponderou, ao longo da história, a primarização da economia e, em especial, a prioridade política à agroexportação de matéria-prima. A formação de atores territoriais e de profissionais que atuam no meio rural, em especial, daqueles das ciências agrárias, na arte do desenvolvimento territorial sustentável, é pouco abordada, embora frequentemente mencionada como relevante. A lacuna na formação desses atores e profissionais no domínio da especificação e valorização de recursos territoriais é notória. Dois artigos que compõem o dossiê discutem essa problemática.

O artigo de Cristiano Desconsi analisa a formação de agentes territoriais no domínio da coordenação de iniciativas concertadas de desenvolvimento territorial sustentável. O autor parte da demarcação das principais diferenças e semelhanças existentes entre os enfoques das Coalisões de Atores e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Enquanto o primeiro enfoque prima pelo papel das políticas públicas socioespaciais de Estado em envolver e capacitar atores territoriais, com prioridade para os espaços públicos de decisão e deliberação, o segundo considera que a formação ocorre no

próprio processo de operacionalização de distintas formas coletivas que procuram ativar recursos territoriais.

O artigo de Valério Turnes, Ademir Cazella, Thaise Guzzatti e Bernard Pecqueur, embora priorize a construção de um painel de indicadores de monitoramento de processos de construção da CBST, também tem a pretensão de conceber uma ferramenta de formação de atores territoriais em processos de valorização coletiva de recursos territoriais. O painel de indicadores pressupõe a adoção de procedimentos de pesquisa-ação, na medida em que seu aprimoramento e adequação à realidade socioeconômica e ambiental de cada território passa pela sua utilização, por parte de atores territoriais. Outro aspecto presente nessa formulação é que o painel auxilia atores territoriais já imbuídos em processos de especificação de recursos territoriais a avaliar os resultados das suas ações, mas também a despertar o interesse e auxiliar na capacitação de atores que ainda não integram essas iniciativas, seja porque inexitem nos seus territórios ou porque desconhecem as vantagens desses processos. A comparabilidade entre distintos territórios implicados no propósito de construir uma oferta articulada de produtos e serviços territoriais de qualidade representa outra contribuição do painel, pois permite o aprendizado a partir do diálogo entre atores territoriais sobre experiências exitosas.

Os treze artigos do dossiê aportam elementos variados do complexo, mas instigante, processo de especificação de recursos territoriais. A faceta teórica dessa noção pode ser ainda pouco conhecida, sobretudo, no Brasil, mas os estudos de caso, que serviram de referência à maioria das análises, revelam que os atores territoriais já a mobilizam em suas ações práticas de construção social de territórios rurais criativos. A leitura crítica desse conjunto de artigos certamente contribuirá para que se aprofunde o debate sobre o aprimoramento adaptativo do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais para a nossa realidade socioambiental e econômica. Por fim, cabe destacar que boa parte dos artigos deste dossiê resulta de pesquisas conduzidas desde 2016 por um grupo pesquisadores de distintas organizações, os quais vêm promovendo estudos empíricos e reflexões teóricas, por meio de um projeto coordenado pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), da Universidade Federal de Santa Catarina. As pesquisas ganharam especial impulso desde a aprovação de dois projetos, (1) “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e (2) “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC nº 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531). Sem os recursos financeiros desses projetos e das parcerias entre diferentes instituições e pesquisadores, boa parte dos trabalhos realizados no contexto brasileiro e apresentados neste dossiê não teria sido possível.

## REFERÊNCIAS

- BECATTINI, G. Le district marshallien: une notion socio-économique. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Éds.). *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris, PUF, p. 35-55, 1992.
- BECATTINI, G.; BELLANDI, M.; DE PROPRIIS, L. (Éds.). *A handbook of industrial districts*. Edward Elgar Publishing, 2009.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial, une réponse émergente à la crise*. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.
- CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. O desenvolvimento territorial no Planalto Catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 15, p. 05-30, 2008.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da 'Cesta de bens e serviços territoriais': seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v.16, n.3, p.193-206, 2020.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.24, p.49-74, 2019.
- CLAVAL, P. *La géographie du XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: l'Harmattan, 2002.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Intégration des espaces et quasi intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 489-508, 1993.
- COOKE, P.; LAURENTIS, C.; TÖDLING, F.; TRIPPL, M. *Regional knowledge economies, markets, cluster and innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- COURLET, C.; PECQUEUR, B. Les systèmes industriels localisés en France: un nouveau modèle de développement. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Éds.). *Les régions qui gagnent, districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Presses Universitaires de France, p. 81-102, 1992.
- DELFOSSÉ, C. Produits de terroir et territoires. Des riches heures du développement rural à la gouvernance métropolitaine. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, n. 35, p.17-29, 2013.
- DORIGON, C.; RENK, A. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 140-158, 2018.
- FAVARETO, A. Uma década de experimentação e o futuro das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 261-278, 2015.
- FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- GARAFOLI, G. *Desarrollo rural e industrialización difusa: aprendiendo de la experiencia italiana*. Políticas Agrícolas. México: REDCAPA, n. spécial, p. 39-69, 1998, 272 p.
- GARAFOLI, G. Le développement périphérique en Italie. *Economie et Humanisme*, Lyon, n. 289, p. 30-36, 1986, 96 p.
- GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. (Éds.). *La ressource territoriale*. Paris: Economica, Paris, 2007, 252 p.

- HOSPES, O; BRONS, A. Food system governance: A systematic literature review. In Kennedy A, Liljeblad J. *Food Systems Governance: Challenges for Justice, Equality and Human Rights*. Abingdon-on-Thames: Routledge; 2016: 13–42
- JANIN, C; PERRON, L. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – guia metodológico*. Florianópolis: Epagri, 2020, 147p.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, n. 261, p.16-34, 2001.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d'une recherche. *Économie Rurale*, p.110-114, 2007.
- MUCHNIK J.; SAUTIER D. *Systèmes agro-alimentaires localisés et construction de territoires*. Proposition d'action thématique programmée. Montpellier: CIRAD, 46p, 1998.
- PECQUEUR, B. Le développement territorial: une voie de crise pour les collectivités locales? In: KLEIN, J. L.; PECQUEUR, B.; KOOP, K.; SOUSSI S. A. (Éds.). *L'innovation locale à l'épreuve du global, un défi pour les acteurs*. Montréal: Presses Universitaires du Québec, p. 15-25, 2016.
- PECQUEUR, B. Le tournant territorial de l'économie globale. *Espaces et Sociétés*, n.124-125, p. 17-32, 2006.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, v. 261, n.1, p. 37-49, 2001.
- PECQUEUR, B. Vers une géographie économique et culturelle autour de la notion de territoire. *Géographie et Cultures*, n° spécial, p. 22-37, 2004.
- PORTER, M.; KETELS, C. Clusters and industrial districts: common roots, different perspectives. In: BECATTINI, G.; BELLANDI, M.; DE PROPIS, L. (Éds.). *A Handbook of Industrial Districts*. Edward Elgar Publishing, 2009. <https://doi.org/10.4337/9781781007808.00024>
- PRADO, F. H.; MILANO, M. Z.; DORTZBACH, D.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de Indicação Geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. *Desenvolvimento & Meio Ambiente*, v.59, p.110-133, 2022.
- SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre : Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.
- SCOTT, A. *Les régions et l'économie mondiale*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- TANSEY, G.; WORSLEY A. *The food system*. Routledge, 2014. <https://doi.org/10.4324/9780203380932>
- TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial no extremo oeste de Santa Catarina: a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, n. 1, p.1-20, 2021.
- ZAOUAL, H. *Du rôle des croyances dans le développement économique*. Paris: l'Harmattan, 2002.
- ZAOUAL, H. Développement, organisations et territoire: une approche Sud-Nord. *Innovations*, n. 2, p. 9-40, 2006.